

Caracterizando o Realismo Moral

Characterizing Moral Realism

Marco Aurélio Caetano Oliveira
Mestre em Filosofia pelo PPGF/UFRJ

Resumo: Nos últimos 30 anos o realismo moral tornou-se um dos temas mais debatidos em metaética. A posição ganhou novos defensores, bem como novas abordagens, em especial em comemoração aos 100 anos de Principia Ethica. Entretanto, ainda não há consenso sobre como caracterizar corretamente uma posição realista moral. O presente trabalho tem por objetivo apresentar alguns problemas levantados por críticos com relação a objetividade que essa posição defende.

Palavras-chave: Realismo moral, Sobreveniência, Objetividade.

Abstract: Over the past 30 years the moral realism has become one of the most debated issues in metaethics. The position has gained new supporters and new approaches, especially in celebration of 100 years of Principia Ethica. However, there is no consensus on how to properly characterize a moral realistic position. This paper aims to present some problems raised by critics about the objectivity that this position defends.

Keywords: Moral Realism, Supervenience, Objectivity.

Introdução

A Metaética é o ramo da Ética que consiste em uma reflexão sobre o *status* da moralidade.¹ É composta por um conjunto de teses metafísicas, semânticas ou epistemológicas, e oferece respostas a

¹ A Metaética é o ramo da Ética que se preocupa em investigar o discurso moral, por isso, suas questões são questões de segunda-ordem, ou seja, não estamos procurando por um critério normativo para decidir questões éticas, mas levantando questões sobre a objetividade ou natureza dos valores morais. Cf. MACKIE, 1977, p. 15-17.

perguntas como: “Valores são socialmente construídos?”, “O que nos motiva a agir moralmente?”, ou “Existem razões para agir?”. E quando estamos discutindo o status da moralidade, as opções disponíveis são niilismo, relativismo ou objetivismo.

O Realismo moral é uma posição objetivista.² Podemos considerá-la uma posição positiva com relação ao status da moralidade, em relação às suas rivais, pois afirma que existem sentenças verdadeiras em Ética. Essa caracterização, embora ainda vaga, já distingue o Realismo moral das suas posições rivais mais importantes, a saber, o Não-cognitivismo e o Niilismo. Teríamos, então, ao menos duas premissas que qualquer realista moral defenderia:

1. Alegações morais são verdadeiras ou falsas na medida em que representam ou não fatos morais.
2. Ao menos algumas alegações morais, quando literalmente construídas, são verdadeiras.

A primeira premissa visa rejeitar o Não-cognitivismo. Ela estabelece que o conteúdo das sentenças morais seja compreendido de forma cognitiva, ou seja, com a função de representar o mundo, e não a de expressar emoções. o Niilismo moral é rejeitado pela segunda premissa, que classifica o Realismo moral como uma teoria do *sucesso* e não como uma teoria do *erro*.³ Seria necessário, então, defender que algumas sentenças morais possuem o valor de verdade verdadeiro.⁴

² De acordo com Finlay, ainda é uma dificuldade caracterizar o que é o realismo em Ética. Classificar posições que defendem que a moralidade é independente das nossas atitudes sob o rotulo ‘realista’ seria algo vago e, acrescentamos, confuso, pois a Ética está certamente preocupada com essas atitudes. Para Sayre-McCord, o realismo não seria um privilégio dos objetivistas. Desde que fosse possível comprovar as condições de verdade de sentenças subjetivas ou inter-subjetivas, essas posições poderiam ser consideradas realistas. Cf. SAYRE-MCCORD, 1988, p. 16.

³ Adotamos a nomenclatura de Sayre-McCord. Mackie defendeu uma versão da teoria do erro. De acordo com essa teoria, as sentenças morais possuem a função de representar o mundo (cognitivismo), mas são todas falsas, pois não existem fatos morais a serem representados.

⁴ Sayre-McCord, em uma tentativa de distinguir posições realistas de anti-realistas, acreditava que esses dois critérios eram suficientes para determinar o que seria uma posição realista em qualquer esfera de debate, como a Psicologia, a Arte ou a Filosofia do Direito. Ele afirmou ser uma *virtude* de sua caracterização a isenção de qualquer

1. É necessário uma caracterização mais precisa?

Embora a caracterização apresentada seja aceita por qualquer realista, seria um problema para uma caracterização do realismo, se uma teoria anti-realista fosse capaz de satisfazer as duas premissas apresentadas. Korsgaard (2003) observa, em seu artigo *Realism and Constructivism in Moral Philosophy*, que apresentar o Realismo moral através da afirmação de que sentenças morais podem ser verdadeiras é algo que o construtivista moral poderia aceitar, assim como a existência de fatos morais.

Shafer-Landau (2003) apresenta o construtivismo como uma forma de cognitivismo.⁵ O Construtivismo também aceitaria a existência de uma realidade moral, entretanto, os padrões morais dependeriam de uma *construção* realizada através de processos de idealização envolvendo “possession of full information”⁶ e “freedom from errors of instrumental reasoning”⁷, entre outros, com o objetivo de aproximar-se das nossas convicções morais mais profundas.⁸

Constructivists endorse the reality of a domain, but explain this by invoking a *constructive function* out of which the reality is created. [...] What is common to all constructivists is the idea that moral reality is constituted by the attitudes, actions, responses, or outlooks of persons,

critério adicional sobre a natureza das entidades disputadas nesses debates, como critérios de independência. Essas questões apenas seriam colocadas caso elas fossem relevantes para determinar se as sentenças disputadas em um domínio, quando construídas literalmente, são verdadeiras ou não. Cf. FINLAY, 2007, p. 821; p. 845, nota 3; FITZPATRICK, 2008, p. 162, nota 10.

⁵ Korsgaard (2003) apresenta uma característica do construtivismo que não foi abordada por Shafer-Landau. Para ela, o construtivismo não é compatível nem com o cognitivismo nem com o não-cognitivismo, pois não poderíamos classificar os conceitos morais como denotando propriedades, nem como expressando estados conativos. O construtivismo é proposto em virtude de um problema prático, e os conceitos morais referem-se a soluções resultantes de um ponto de vista prático.

⁶ SHAFER-LANDAU, 2003, p. 41.

⁷ SHAFER-LANDAU, 2003, p. 41.

⁸ De acordo com Copp (2005, p. 270) esses procedimentos seriam “putatively less worrisome phenomena” do que considerar um domínio de fatos morais *mind-independent* para solucionar os problemas metaéticos.

possibly under idealized conditions. [...] The absence of this standpoint signifies the absence of moral reality (SHAFER-LANDAU, 2003, p. 14, grifo do autor)

Segundo essa apresentação do Construtivismo moral, não seria um problema ao construtivista falar em fatos morais, e sentenças morais que seriam verdadeiras caso descrevam corretamente esses fatos. O Construtivismo seria capaz, então, de capturar as pretensões objetivas do discurso moral.⁹ Entretanto, de acordo com Shafer-Landau (2003), adotar o Construtivismo seria uma rejeição do Realismo moral. Se o Construtivismo é capaz de adequar-se às premissas apresentadas anteriormente, o que difere essas posições? A diferença é a compreensão do que seria a realidade moral. Para o construtivista, a essa realidade surge como resultado de um processo de construção, enquanto que para o realista a moralidade não é “*of our own making*”¹⁰.

2. Que tipo de objetividade o realista moral endossa?

É comum em posições realistas defender a existência de certas entidades através de algum critério de independência ou objetividade. Certamente um realista moral não aceitaria que a validade dos princípios morais dependa de uma pessoa, grupo de pessoas ou mesmo uma sociedade. Por esse motivo, algumas posições realistas afirmam que a realidade que nos cerca é *mind-independent*. Entretanto, esse critério precisa ser qualificado, pois certamente precisaríamos recorrer aos estados mentais de um agente para avaliar suas ações. A melhor forma de interpretar a independência que os fatos morais possuem seria dizer que o valor de verdade das alegações

⁹ De acordo com Finlay, qualquer teoria metaética está sob a obrigação de capturar a aparência do discurso moral e apresentar uma teoria que seja compatível com o nosso conhecimento sobre o mundo e a mente. Poderíamos dizer que o nosso discurso moral possui a aparência de ser assertório, de possuir valor de verdade, e de ser objetivo. Cf. SHAFER-LANDAU, 2007, p. 79; SHAFER-LANDAU, 2003, p. 37, p. 51.

¹⁰ SHAFER-LANDAU, 2003, p. 2, grifo nosso. Cf. SHAFER-LANDAU, 2003, p. 202, 225, 300.

morais que proferimos não dependem das crenças que possuímos, ou das atitudes que tomamos com relação a elas.¹¹

Precisaríamos adicionar, então, a seguinte premissa à nossa caracterização inicial:

3. Realists believe that there are moral truths that obtain independently of any preferred perspective, in the sense that *the moral standards that fix the moral facts are not made true by virtue of their ratification from within any given actual or hypothetical perspective*. That a person takes a particular attitude toward a putative moral standard is not what makes that standard correct.¹²

Esse tipo de objetividade, entretanto, parece ser extravagante. Essa afirmação precisaria ser suportada por uma série de argumentos metafísicos e epistemológicos que remontariam a Moore, e teríamos que afirmar que a realidade moral é algo *sui generis*, sem qualquer relação com os fatos (naturais) presentes em nosso dia-a-dia.¹³ De acordo com Korsgaard (2003), a idéia de que os conceitos morais representam *o mundo como ele é*, levaria o Realismo moral a adotar uma objetividade semelhante a da Ciência.

Mas não precisamos manter uma visão tão esdrúxula do Realismo moral. Desde o lançamento de *Principia Ethica* em 1903, a posição tem recebido vários ataques e reformulações.¹⁴ Consideramos que uma das revisões mais importantes, relacionada à questão da objetividade, é a aceitação do argumento da sobreveniência.

¹¹ Para Realistas morais, então, a realidade moral não é um ponto de vista conveniente ou adequado. E o realismo em Ética sugere exatamente isso. Cf. SHAFER-LANDAU, 2003, p. 2. Assim como julgamos errada a atitude de Anders Breivik, condenamos igualmente o tiroteio ocorrido na Escola Tasso da Silveira. E as condições de verdade desses julgamentos morais não dependeriam de convenções sociais ou de referência às crenças de qualquer pessoa.

¹² SHAFER-LANDAU, 2003, p. 15, grifo do autor.

¹³ Esse tipo de realismo moral seria o não-naturalista. Poderíamos entender essa versão do Realismo moral simplesmente como a posição que não admite uma análise de termos morais em termos naturais. Cf. SHAFER-LANDAU, 2003, cap. 3.

¹⁴ Uma das principais reformulações baseia-se em uma passagem de 1942 onde Moore afirma que nunca teve a intenção de afirmar que GOODNESS fosse *não-natural*. De acordo com Shafer-Landau, essa passagem permite que entendamos a relação entre o natural e o moral como uma dependência assimétrica, na qual o natural poderia realizar o moral. Cf. SHAFER-LANDAU, 2003, p. 85.

O argumento da sobreveniência foi apresentado inicialmente por Blackburn com o objetivo de minar qualquer tipo de realismo em Ética.¹⁵ Sobreveniência é um meio de entender a relação que existe entre dois grupos de propriedades distintas. A idéia básica é que um conjunto de propriedades de base fixa ou determina as propriedades F de um objeto. Não haveria, então, como haver uma modificação nas propriedades morais de uma ação, sem que também haja uma alteração nas propriedades naturais (de base) dessa ação. Se as propriedades morais são distintas, ou seja, *sui generis*, os realistas teriam problemas para explicar essa variação.

Segundo Shafer-Landau (2003), o que evidenciaria a necessidade da sobreveniência pode ser demonstrado ao considerarmos sua negação. Se considerarmos duas pessoas que possuem a mesma constituição física e psicológica, seria absurdo dizer que uma é generosa, mas a outra não. A instanciação de propriedades ficaria “out of control”¹⁶, e a nossa atribuição moral arbitrária!¹⁷

De acordo com Shafer-Landau (2003, p. 77, grifo nosso), “a moral fact supervenes on a particular concatenation of descriptive facts just because these facts *realize* the moral property in question”. Os fatos morais manteriam uma semelhança com fatos em outras disciplinas como a Biologia ou a Economia, nas quais os fatos estudados por essas ciências são constituídos por outros fatos, mas não mantêm uma relação de identidade com eles.¹⁸ Exemplos de fatos morais seriam aqueles que funcionam como truth-makers para as

¹⁵ De acordo com Zangwill (1995, p. 240), “Blackburn takes off from the supervenience of the moral on the natural, and he hopes to land us with the conclusion that when we make moral judgments, we do not cognize moral facts or states of affairs, as the moral realist has it; instead, we project attitudes onto a purely natural world”. Cf. SHAFER-LANDAU, 2003, p. 82-85.

¹⁶ SHAFER-LANDAU, 2003, p. 78.

¹⁷ Para Shafer-Landau (2003, p. 75-76), o resultado da adoção da tese da sobreveniência por parte dos realistas faria com que evitássemos uma metafísica extravagante: “[t]here need be no ghostly, magical, or supernatural drops added to a naturalistic configuration in order to realize a moral property”.

¹⁸ Dispensamos uma comparação entre naturalistas e não-naturalistas nesse artigo pois estamos trabalhando com uma visão que poderia ser compartilhada por naturalistas, embora seja a perspectiva de um não-naturalista, a saber, de que os fatos morais são constituídos por fatos naturais. Naturalistas como Railton e Brink acreditam também que os fatos morais são constituídos, embora de modo diferente. Cf. RAILTON, 2003, p. 9; BRINK, 1989, p. 157; SHAFER-LANDAU, 2003, p. 83, nota 36, p. 115, p. 267.

nossas crenças particulares, como o fato de que *o tiroteio provocado por Wellington Menezes na Escola Tasso da Silveira foi errado*.

3. Problemas para a objetividade

Embora tenhamos apresentado uma forma moderada de Realismo moral, precisamos ainda lidar com outra questão envolvendo a objetividade, a saber, o problema relacionado aos princípios morais. Conforme o critério de objetividade apresentado acima, esses princípios possuem um grau de independência elevado, o que nos traz a pergunta sobre como seria possível chegar a conhecê-los?

A dificuldade em apresentar uma epistemologia¹⁹ que responda às várias objeções céticas, poderia nos conduzir a aceitar uma perspectiva niilista ou relativista. De acordo com Shafer-Landau, precisamos ter em mente que várias das críticas popularmente relacionadas à objetividade dos princípios morais não são tão obviamente corretas como se acredita.

Dentre essas críticas, gostaríamos de apresentar três visões equivocadas relacionadas ao Realismo moral, a saber, que o realista estaria comprometido com o Absolutismo moral, que seria intolerante com relação à perspectiva moral de outras pessoas, e que adotaria uma forma de dogmatismo com relação às suas crenças morais.

3.1 Absolutismo

O Absolutismo é a tese de que alguns princípios morais se aplicam a todas as pessoas independente das circunstâncias.²⁰ O exemplo padrão nesses casos é a regra moral “mentir é errado”. Mesmo que seja melhor omitir a verdade na tentativa de amenizar o sofrimento de alguém, por exemplo, não deveríamos deixar de dizer a

¹⁹ Shafer-Landau propõe em seu livro um Reabilismo moral. Cf. SHAFER-LANDAU, 2003, cap. 12 e 13.

²⁰ De forma mais técnica, o Absolutismo é a teoria que defende a existência de uma regra moral absoluta e última. Ela é absoluta, pois nenhum outro princípio poderia sobrescrevê-la, e última porque ela não é derivável de nenhum outro princípio. Cf. SHAFER-LANDAU, 2003, p. 268.

verdade. Entretanto, em alguns casos a omissão nos parece a melhor escolha, ou mesmo contar uma mentira, quando estamos pretendendo salvar a vida de uma pessoa inocente. Se a regra moral “não mentir” for absoluta, então estaríamos agindo moralmente errado nos casos mencionados acima. Uma regra moral absoluta é tal que não segui-la implica agir moralmente errado, independente da circunstância.²¹

Muitos realistas morais atualmente não defendem o absolutismo moral.²² Para entender melhor a argumentação, basta percebermos que o absolutismo moral é muitas vezes contrastado com o relativismo moral. De acordo com Brink (1989, p. 90), o Relativismo moral afirma que o valor moral de uma ação ou dever moral “depends on, and can vary with, the circumstances”. Entretanto, há uma diferença significativa entre *depend* e *variar* nessa afirmação.

De acordo com Audi (2007), o tipo de relativismo incompatível com o Realismo moral seria aquele no qual a *validade* de um princípio moral *depende* das circunstâncias nas quais nos encontramos. Poderíamos, por exemplo, mentir em um caso, e julgar a atitude como moralmente correta, mas em outro caso semelhante, julgar a atitude moralmente condenável. Mas o realista moral poderia aceitar que a avaliação moral varie quando as circunstâncias moralmente relevantes se alterarem.²³ Poderíamos dizer que a aplicação dos princípios é relativa à situação nas quais nos encontramos, sem que o *status* dos princípios seja alterado. Nesse sentido, casos semelhantes seriam julgados igualmente. A aplicação de princípios morais poderia variar com relação às circunstâncias moralmente relevantes, mas não o status dos princípios morais.

O Realismo moral não está comprometido, então, com o absolutismo moral.

The realist can insist that moral facts must vary as morally relevant circumstances

²¹ Cf. SHAFER-LANDAU, 2010, p. 321.

²² Cf. SHAFER-LANDAU, 2003, p. , BRINK, 1989, p. AUDI, 2007, p. 25-26. De acordo com Shafer-Landau (2010, p. 322), a objetividade está relacionada apenas ao *status* dos princípios morais, enquanto que o problema do absolutismo refere-se a sua força, ou seja, “whether it is okay to break them”.

²³ Cf. AUDI, 2007, p. 25-26. Audi nomeia a primeira teoria de “status relativism”: “it says that the justifiability – the validity status – of moral principles is relative, for instance relative to custom, and that ethics therefore has no universally justifiable binding principles”.

vary [...]. The moral realist insists only or at least principally that moral facts not vary as people's moral beliefs and attitudes vary the relativist is saying that the moral facts vary not with just any circumstances but in relation to people's moral beliefs and attitudes (BRINK, 1989, p. 91)

De acordo com Shafer-Landau (2003), o realista moral poderia adotar princípios morais pro tanto.²⁴ Princípios pro tanto são aqueles que podem ser substituídos por outros princípios, pois nenhum deles é considerado último ou prioritário²⁵. Deveríamos, então, verificar todos os princípios que podem ser aplicados à situação, e depois verificar qual será determinante na avaliação moral da situação.

3.2 Intolerância

Uma outra dificuldade com relação ao Realismo moral está relacionada a uma de suas implicações, a saber, de que nem todas as perspectivas morais são plausíveis. Se existem valores objetivos, podemos esperar que alguns agentes não sejam capazes de ter crenças morais corretas em todas as situações. Poderíamos encontrar pessoas ou mesmo sociedades com crenças morais que considerariamos implausíveis. Caso discordemos de algumas dessas crenças, poderíamos ser acusados de sermos intolerantes ou dogmáticos, afinal, porque nossa perspectiva moral é melhor do que a de outros?

A solução irrealista seria, então, considerar que não existem verdades objetivas em Ética, pois dessa forma não teríamos razão para acreditar que as opiniões morais das demais pessoas estão erradas, ou que as nossas estão corretas. Como consequência, adotaríamos uma atitude tolerante com relação àqueles que pensam diferente de nós.

²⁴ Segundo Shafer-Landau, ao rejeitar o Absolutismo moral, teríamos apenas mais duas opções com relação a princípios morais: princípios morais pro tanto, ou o Particularismo moral. Cf. SHAFER-LANDAU, 2003, p. 269.

²⁵ De acordo com Väyrynen (2011), o que Ross nomeia de princípios prima facie podem ser entendidos como exemplos de princípios morais pro tanto. O termo pro tanto é mais freqüente na literatura atual, e em alguns casos utilizado como um substituto para o termo prima facie.

Qualquer perspectiva moral é tão boa quanto qualquer outra, e seria errado interferir nas visões morais das demais pessoas.²⁶ De acordo com Shafer-Landau (2010, p. 326), poderíamos apresentar esse argumento e outros semelhantes da seguinte forma:

1. Tolerance is valuable only if the moral views of different people are equally plausible;
2. If ethical objectivism is true, then the moral views of different people are not equally plausible;
3. Therefore, if ethical objectivism is true, then tolerance is not valuable.

O problema do argumento estaria na primeira premissa, já que se todas as visões morais fossem equivalentes, então, “a tolerant outlook is no better than na intolerant one”²⁷. Como lidaríamos, por exemplo, com questões relacionadas ao preconceito ou racismo? Certamente acreditamos que ações e crenças morais que representam um aceite dessas atitudes não devem ser toleradas.²⁸

De acordo com Brink, o problema pode ser solucionado caso percebamos que a tolerância pode ser entendida de duas formas. Em sua forma mais robusta, seria sempre errado tentar alterar ou interferir nas perspectivas morais de outras pessoas, entretanto, na versão mais branda desse princípio, o valor moral dessa atitude “will depend on, among other things, the nature of the conduct or beliefs being interfered with and the nature of the interference”²⁹. A versão mais fraca do princípio da tolerância parece ser a mais plausível.

Em especial, em casos relacionados à diversidade cultural ou religiosa, esse parece ser justamente o caso.³⁰ O caso mais próximo de nós brasileiros talvez seja a questão do infanticídio na tribo Ianonami.

²⁶ Cf. BRINK, 1989, p. 92 e SHAFER-LANDAU, 2010, p. 326.

²⁷ SHAFER-LANDAU, 2010, p. 326.

²⁸ Uma questão semelhante é apresentada por Enoch (2008). Em sua argumentação, não podemos confundir o aspecto *teórico* da questão da tolerância com o aspecto *prático*. Embora sempre devamos seguir o princípio de não ser intolerante ou arrogante, isso não implica que precisemos aceitar ou acreditar na perspectiva moral em questão. Temos a razão para agir que demanda agir com tolerância, mas nenhuma razão para acreditar que a perspectiva moral que nos é apresentada é verdadeira ou correta. Cf. ENOCH, 2008, p. 18-19.

²⁹ BRINK, 1989, p. 93.

³⁰ De acordo com Shafer-Landau, a tolerância parece ser um pré-requisito quando estamos em discussões como essas. Cf. SHAFER-LANDAU, 2010, p. 327.

Se nossos valores morais, e nossa legislação condenam essa prática, o que fazer? Certamente uma resposta a essas questões depende de uma investigação em Ética normativa, assim como a resposta a qualquer outra questão moral sobre a qual existe desacordo persistente. Entretanto, podemos ser um pouco mais positivos em nossa apresentação e concordar com James Rachels (1999) que criticar uma prática não é criticar a cultura. Existem vários casos nos quais certas práticas foram abolidas sem que houvesse prejuízo para a sociedade ou para uma religião.

3.3 Dogmatismo

Um tema relacionado com as duas questões anteriores, talvez de modo íntimo, é o problema do dogmatismo. Dogmatismo é a atitude que um agente pode ter com relação às suas crenças, que consiste em defender o próprio ponto de vista sobre um assunto, sem considerar objeções ou oferecer razões que justifiquem suas próprias crenças. Essa atitude com relação às próprias crenças faria o agente acreditar que elas são obviamente verdadeiras, e que as crenças em proposições contrárias são necessariamente falsas.

A primeira observação que temos a fazer é que uma teoria objetivista com relação a padrões morais não implica em uma atitude dogmática. A teoria em si é totalmente neutra com relação à tolerância ou ao respeito que devemos ter com relação a perspectivas morais contrárias. O realismo moral, como uma visão sobre o *status* da moralidade, não se compromete, necessariamente, com nenhuma visão normativa, ou seja, não especifica o que é ou o que não é *moralmente* aceitável.³¹

Em segundo lugar, podemos dizer que o realismo moral, por ser uma teoria objetivista, nos incentiva a adotar uma atitude mais compreensiva, ao invés da dogmática. Afinal, se existe objetividade em Ética, não podemos pressupor que somos infalíveis na descoberta de padrões morais objetivos.³² Segundo Shafer-Landau (2010),

³¹ Cf. SHAFER-LANDAU, 2010, p. 325.

³² De acordo com Brink, o realista poderia adotar uma espécie de epistemologia modesta, ao considerar a possibilidade do Falibilismo em Ética. Mesmo que acreditar em uma proposição signifique acreditar que ela seja verdadeira, poderíamos continuar

encontramos uma atitude semelhante nas ciências naturais. O reconhecimento das nossas limitações epistêmicas favorece a atitude de permanecer sempre aberto à possibilidade do erro, e de que talvez não se tenha descoberto toda a verdade sobre um determinado assunto. De fato, não foram poucas as ocasiões em que gerações posteriores corrigiram ou rejeitaram descobertas que se acreditavam verdadeiras por aqueles que as descobriram.

Por último, concordamos com Shafer-Landau que as teorias que melhor se relacionariam com o Dogmatismo seriam teorias subjetivistas. Se não existem verdades morais objetivas, e tudo é uma questão de ponto-de-vista, por que deveríamos questionar nossas crenças morais?

Moral knowledge would be extremely easy to come by. All you'd have to do is to check to see how you feel about an action. If you like it, it's right; dislike it, wrong. If each person is the measure of morality, then we are practically infallible about moral matters. And *that* seems to be a perfect recipe for dogmatism. For why should I change my mind, or think myself mistaken, if the chances of error are almost zero? (SHAFER-LANDAU, 2010, p. 325, grifo do autor)

O objetivista seria o único capaz de argumentar a favor do erro moral.³³ O nosso julgamento de que certos comportamentos ou crenças são moralmente erradas, e certo progresso que observamos ao longo dos anos contribuem para a afirmação de que nem todas as crenças morais são verdadeiras.

Conclusões

A adoção da tese da Sobreveniência de acordo com Shafer-Landau, faz com que a distinção entre naturalistas e não-naturalistas torne-se epistemológica. A distinção mais importante então não seria

dispostos a dialogar com aqueles que possuem posições opostas e reavaliar nossas evidências para evitar uma atitude dogmática. Cf. BRINK, 1989, p. 94-95.

³³ Cf. SHAFER-LANDAU, 2003, p. 26-27, p.41, p. 217-218.

entre propriedades naturais e propriedades não-naturais, mas entre propriedades morais e propriedades científicas³⁴. Essa distinção é motivada pela diferença entre os modos de investigação próprios à Ética e à Ciência. Enquanto a Ciência esta preocupada em estudar o mundo e as relações naturais existentes entre fatos naturais, a Ética tem por objetivo investigar fatos morais. Fatos morais são “intrinsically reason-giving”, e esses fatos não são como os demais fatos que desempenham papéis relevantes nas ciências naturais.³⁵

Referências bibliográficas

AUDI, Robert. *Moral value and human diversity*. New York: Oxford University Press, 2007.

BRINK, David O. *Moral realism and the foundations of ethics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

COPP, David. “A skeptical challenge to moral Non-naturalism and a defense of Constructivist naturalism”. *Philosophical Studies*. v. CXXVI / n. 2 (2005), p. 269-283.

DEVITT, Michael. “Moral Realism: A Naturalistic Perspective”. *Croatian Journal of Philosophy*. n. 2 (2002), p. 1-15.

FINLAY, Stephen. “Four Faces of Moral Realism”. *Philosophy Compass* v. II / n. 6 (2007), p. 820-849.

³⁴ A questão para Shafer-Landau é se a Ética pode ou não ser entendida como uma Ciência. Shafer-Landau (2003, p.4) deixa claro já no início do seu livro qual a posição que defenderá, segundo ele “there are genuine features of our world that remain forever outside the purview of the natural sciences. Moral facts are such features”. Esta distinção está em acordo com a definição de Naturalismo utilizada por vários Naturalistas. Cf. SMITH, 2004, p. 191, COPP, 2010, p. 10-1.

³⁵ De acordo com Shafer-Landau (2003, p. 64), “what we have, in effect, is a property dualism (at the least). We don't have natural and non-natural properties. We have, instead, physical properties, and those of the special sciences (including, on this view, ethics), none of which are identical to those at any other ‘level’ of reality”.

FITZPATRICK, William J. “Robust Ethical Realism, Non-Naturalism and Normativity”. In: SHAFER-LANDAU, Russ. (Ed.) *Oxford Studies in Metaethic*, v. III. New York: Oxford University Press, 2008, p. 159-206.

KORSGAARD, Christine M. “Realism and Constructivism in Twentieth-Century Moral Philosophy”. *Journal of Philosophical Research*. n. 28 (2003), p. 99-122.

MCNAUGHTON, David. *Moral Vision: An Introduction to Ethics*. Malden: Blackwell Publishing, 1994.

RAILTON, Peter. *Facts, Values, and Norms: Essays toward a morality of consequence*. New York: Cambridge University Press, 2003.

SAYRE-MCCORD, Geoffrey. “The many moral realisms” In: SAYRE-MCCORD, Geoffrey (Ed.) *Essays on Moral realism*. New York: Cornell University Press, 1988, p. 1-23.

_____. “Moral realism”. In: COPP, David (Ed.) *The Oxford Handbook of Ethical Theory*. New York: Oxford University Press, 2007, p. 39-62.

SHAFER-LANDAU, Russ. *Moral Realism: A Defence*. New York: Oxford University Press, 2003.

_____. *The fundamentals of Ethics*. New York: Oxford University Press, 2010.

SHAFER-LANDAU, R.; CUNEO, T.; *Foundations of ethics: an anthology*. Wiley-Blackwell, 2007.